



---

Comunicação oral: Eixo 4 - Educação Brasileira: Recortes Históricos

## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Kátya Bonfim Ataides Smiljanic – UFMS\*

---

**Resumo:** Este trabalho buscou contextualizar historicamente o desenvolvimento da educação no Brasil e as influências do desenvolvimento econômico a partir do final do século XIX. A educação no século XX passou a atender em grande escala, com um aumento expressivo em matrículas apesar do déficit histórico e teve como legados importantes, a implantação dos programas de pós-graduação que produziram trabalhos consistentes e o projeto da LDB/96, que teve ênfase na qualidade social. Foi um período de grande avanço nas pesquisas em educação, não faltando conhecimentos ou recursos para resolver os problemas, porém a falta de vontade política prevaleceu. As tarefas para o século XXI deverão ser a organização e a instalação de um sistema de ensino universal e a erradicação do analfabetismo. A metodologia utilizada foi fundamentada em pesquisa bibliográfica e espera-se com este artigo contribuir para o melhor entendimento da educação na atualidade considerando a sua complexidade.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas públicas. Desenvolvimento econômico.

### **Introdução**

A educação escolar é marcada por aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais de cada país. Dessa forma, para melhor compreender a educação no Brasil é preciso considerar os fatores que interferem nesse processo, como as desigualdades sociais e um sistema educacional historicamente deficiente. Essa compreensão é importante para que a educação não seja analisada de forma superficial e simplista, o que leva a uma visão romantizada de que bastaria investimentos na abertura de escolas. O problema é muito mais amplo e complexo. O Brasil foi o último país a abolir a escravatura e houve resistência por parte das elites para estender a cidadania aos ex-escravos e promover uma escolarização universal. Implicava também em mudanças de valores e hábitos relacionados a um segmento da população na qual a escola não fazia parte de suas tradições culturais.

Ao considerar o aspecto econômico, a economia de subsistência e a ausência de um processo de industrialização não demandou escolarização, o que manteve o Brasil em um atraso educacional em relação aos países que se industrializavam. Assim, a educação vai evoluir lentamente através das poucas políticas públicas que não conseguem atender as demandas sociais e nem contribuir com ações que facilitassem não somente o acesso, mas também a permanência na escola.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS.



Este trabalho buscou contextualizar historicamente o desenvolvimento da educação no Brasil, fundamentada em pesquisa bibliográfica, utilizando referências que discutem os aspectos econômicos que exerceram influências nas políticas públicas educacionais como contribuição para o entendimento da complexidade da educação na atualidade.

### **A evolução da economia brasileira e o desenvolvimento da educação**

Com a Proclamação da República, um sistema baseado no liberalismo econômico se instala no Brasil. Faz crescer a exportação de matéria-prima e gêneros alimentares tropicais quando o mercado interno também era favorável, após o café enfrentar a sua primeira dificuldade comercial em 1896. A disponibilidade de trabalho livre, que aumentou com a chegada dos imigrantes e investimentos de capital estrangeiro no setor privado impulsionaram a economia e financiaram a produção e a infraestrutura, apesar de concentrar a produção em poucos itens exportáveis que dependiam do mercado internacional. O café se destacou como o principal produto. A borracha, cacau e cana-de-açúcar também tiveram seu apogeu e o declínio se deu em função da falta de inovação tecnológica, investimentos e da concorrência externa (PRADO JUNIOR, 1981).

Para Cano (2012), a base produtiva é responsável por determinar modificações na superestrutura que tem efeitos recíprocos. As transformações econômicas influenciam transformações sociais que impulsionam outros setores como a educação. Cita como exemplo, as transformações ocorridas no estado de São Paulo nas primeiras décadas do Século XX, produzidas pelo complexo cafeeiro paulista, que teve sua economia diversificada, melhor distribuição de renda, estímulo ao setor privado como comércio, bancos e indústrias. Toda essa expansão e acumulação de capital iniciada pela monocultura do café, gerou uma complexidade social e econômica além de uma diversidade demográfica que modificou a superestrutura e permitiu um crescimento industrial maior do que em outras regiões, e que somente vai se encolher a partir da década de 1970 (CANO, 2012).

Para Singer (1995) a industrialização no Brasil foi uma consequência da reorganização capitalista da cafeicultura e precisava de consumidores que eram os colonos, ferroviários e portuários, trabalhadores do comércio. A estratégia para o desenvolvimento industrial foi a de implantar uma indústria de substituição de importações voltada para o mercado interno, mas que dependia da concorrência com o mercado externo, pois havia preferência por produtos importados. Outra forma de estimulação do desenvolvimento industrial foi a substituição de produtos simples e artesanal por industrial que propiciou maior escala de produção com o uso de máquinas e tecnologia importada e uma superioridade competitiva do capital.

Quanto a educação, o período de 1889 a 1930 não representou mudanças significativas. A República recebeu como herança do Império a ideologia da evangelização e somente a partir



de 1915 é que são iniciadas discussões para a implantação de um amplo sistema escolar. Saviani (2004) destaca como legado positivo, a preocupação do governo paulista em construir escolas vistosas, localizadas no centro das cidades que funcionavam como Grupos Escolares. Eficientes na divisão de trabalho e com classes de alunos em mesmo nível, tinham um mecanismo de seleção exigente, com altos índices de reprovações. Eram instituições que selecionavam e formavam as elites e não eram destinadas para educar as massas.

Para Nagle (2006) a educação nesse período passou por momento de entusiasmo em que se estimulou o nacionalismo com o avivamento da língua pátria e combateu o analfabetismo que impedia o voto. Foram esforços para alterar um ou outro processo. O otimismo pedagógico buscou substituir o modelo de educação e introduziu o movimento da Escola Nova que esteve presente nas reformas estaduais, trazendo a ideia de uma escola única (igual para todos), fundamentada nas concepções de democracia social, obrigatória e gratuita. A Escola Nova deslocou o aluno para o centro das discussões e propôs novos valores e mudanças na relação entre professores e alunos, além de aplicar novos métodos.

A União era responsável por estabelecer diretrizes, mas não privativamente e se limitou a fixar padrões para a educação secundária e superior. Isso reforçou o dualismo estabelecido entre escola da elite (secundária e superior) e escola do povo (primária e técnico-profissional) e evidenciou a impotência dos estados em ampliar as redes primárias de ensino, o que agravou a situação e o desinteresse de ambas as partes. Dessa forma, pouco pode ser realizado pois, as propostas foram consideradas genéricas, pouco sistemáticas e amadurecidas e inspiradas em modelos estrangeiros. A falta de um órgão administrativo superior de educação e de um plano nacional de educação contribuiu para um sistema sem disciplinamento interno, com uma escola primária restrita, curso normal (formação de professores primários) que relegava a um segundo plano a parte profissionalizante, escolas técnicas e profissionais de cunho assistencialista e escola secundária preparatória para o ensino superior (NAGLE, 2006).

A partir de 1930, a prioridade foi o desenvolvimento do mercado interno ou o chamado “crescimento para dentro” e que se desejava fosse independente do mercado mundial. Significava abrir regiões isoladas e integrá-las através de estradas e pontes. Isso estimulou a urbanização de cidades e a montagem de veículos e fabricação de peças de reposição no Brasil. A substituição da importação era uma condição básica para o processo de industrialização, mas o país seguiu como exportador de produtos primários e importando tecnologias (produtos e processos). Houve dificuldades em atrair capital estrangeiros para investir na indústria. Inicialmente, isso foi feito com o capital público nacional e após a Segunda Guerra Mundial, usando a contrapartida dos aliados, principalmente americanos. Assim, surge a partir de 1946, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em seguida Petrobrás, Fábrica Nacional de Motores, Eletrobrás entre outras (SINGER, 1995).



A modernização econômica implicou em uma modernização cultural e demanda por escolas que expandiu principalmente o ensino primário. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1932, foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em defesa de uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, instrumento político que expressava a posição de educadores que discutiram o tema durante a década de 1920 e vislumbraram na Revolução de 1930, a possibilidade de contribuir para a educação no país. Para Saviani (2004), isso provocou ruptura entre os renovadores e católicos em função da defesa da laicidade, mas introduziu novos valores e práticas e influenciou as discussões da Constituição Federal sobre a educação.

A Constituição Federal foi aprovada em 1934, e declarou a educação como direito de todos, gratuidade no seu oferecimento e ensino religioso facultativo. Determinou que os Estados e Municípios investissem 10% dos tributos e a União 20% na educação. Esse período teve uma orientação para uma pedagogia autoritária, fundamentalmente no período do Estado Novo (1937-1945), mas se voltou para uma educação em base nacional que combateu o regionalismo e a presença estrangeira nas zonas de colonização, com fechamento de escolas em língua alemã, instituindo a língua portuguesa como oficial, proibiu o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos e restringiu liberdades individuais para imigrantes alemães e japoneses (BRITO, 2006).

O período entre 1946 e 1964 foi caracterizado pelo movimento nacional- desenvolvimentista, e ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo, com viés de crescimento em todos os países capitalistas, com uma crise que iria se iniciar nos finais dos anos 1969. O fim da Segunda Guerra Mundial reorganizou a geopolítica com forte disputa hegemônica entre o bloco capitalista e o bloco socialista, início de uma guerra fria e corrida armamentista e espacial. Foram criados organismos internacionais (ONU, Banco Mundial e FMI) que estimularam o início das discussões para a elaboração da primeira lei de diretrizes e bases da educação no Brasil (LDB) e de um plano estratégico para o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico e cultural. O descaso pela educação se materializa durante esse processo. A proposta da primeira LDB passa nove anos em tramitação (1946-1957) e durante esse longo período houve arquivamento, perda e reconstituição das propostas. A primeira discussão sobre o tema somente vai ocorrer em 1957 (LOMBARDI, 2014).

A nova Constituição Federal de 1946 reafirma a educação como direito, destina recursos e habilita a União a legislar sobre as diretrizes e bases e é nesse contexto que a polarização entre os defensores da escola pública e das escolas privadas (maioria de controle católico) se inicia. Para Lombardi (2014) a disputa era para assegurar representação da escola privada no Conselho Nacional de Educação e Conselhos Regionais, verbas públicas na forma de bolsas de estudo e empréstimos para infraestrutura. A igreja que representava a escola



privada nesse embate, queria, na verdade, manter a influência das velhas elites e as características aristocráticas da educação. A primeira LDB é aprovada em 1961, outorgando recursos públicos também para a escola privada.

O modelo econômico de substituição da importação vai cumprir o seu papel até 1960. Conflitos relacionados a implantação do capital estrangeiro ao mesmo tempo em que difundia a ideologia da política do nacionalismo desenvolvimentista se agravavam com uma burguesia que se identificava com os interesses internacionais. Simultaneamente, a Escola Superior de Guerra formulava a teoria da interdependência (modelo econômico desnacionalizante) com forte trabalho de doutrinação e propaganda com objetivo de desestabilizar o governo e os movimentos sociais (SAVIANI, 2007).

Todos esses conflitos e contradições entre o modelo econômico e a ideologia política resultou no golpe de 1964, que de acordo com Saviani (2007) provocou uma ruptura e uma mudança radical em nível político, com a implantação da ditadura civil-militar, mas preservou a ordem socioeconômica pela ausência de uma revolução social. Essa continuidade também se refletiu na educação que apenas fez ajustes ao modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, defendido pela doutrina da interdependência. A teoria do capital humano que tem como princípios a racionalidade, a eficiência e a produtividade na busca pelo máximo resultado com o mínimo de dispêndio são difundidas entre economistas, financista, educadores. A tendência produtivista através da pedagogia tecnicista passa a ser oficial pela sua incorporação na legislação.

Os ajustes vieram sob influência de acordos firmados com os EUA. A reforma universitária (Lei 5540/68) vetou a autonomia das universidades, autorizou a abertura de faculdades isoladas e privadas, regime de créditos, matrícula por disciplinas, cursos de curta duração e organização fundacional. O Parecer CFE/77-1969 regulamentou e implantou programas de pós-graduação. A Lei 5692/71 alterou o ensino primário e médio que passou a ser denominado de primeiro e segundo grau. Muitas críticas foram feitas nas décadas de 1970 e 1980 pela educação estar subordinada ao capitalismo e aos interesses da classe dominante, o que trouxe de volta as ideias produtivistas do neoliberalismo, no momento que marcou o final da ditadura e os debates em torno da nova Constituição do país, entre 1985 e 1988.

Na disputa da iniciativa privada pela verba da educação, iniciada desde que a Constituição de 1934 que aprovou valores mínimos a serem investidos, o conflito se agrava durante as discussões da Constituinte, especialmente pela questão conceitual do que seria público e privado (PINHEIRO, 1996). A educação foi um dos temas mais discutidos e contou com a participação e a pressão popular durante o processo, principalmente na fase dos acordos, que buscavam atender as reivindicações históricas em defesa do ensino público, laico e gratuito



em todos os níveis, pauta defendida pelo movimento do Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito que formou um grupo coeso. Dois grupos se destacaram em defesa dos interesses da iniciativa privada, a Federação Nacional dos Estabelecimento de Ensino (FENEN) e as Escolas Confessionais. Todos os grupos se consideraram como prestadores de serviços públicos.

Para o Fórum de Educação, o ensino público é aquele mantido pelo Estado, acessível a todos, gratuito, democrático e laico. A FENEN, ao contrário, defende que não existe escola pública ou particular e sim escola, que é pública por submeter-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prestar serviço à população. Para as Escolas Confessionais, deveria existir uma escola estatal de qualidade para todos e não estatal gratuita como opção sustentada pelo Estado. Defende que deveria receber verbas públicas por não visar lucros.

A Constituição Federal aprovada em 1988 (BRASIL, 1988) é tida como uma carta magna democrática, garantindo a gratuidade do ensino para todos os níveis, permanência do ensino religioso e destinação de verbas públicas para escolas privadas e confessionais. Não resolveu o conflito conceitual entre público e privado, mas o incorporou encontrando conciliação nos acordos. Pinheiro (1996) ressalta sobre qual dessas escolas atenderia melhor a população e considera que não existe justificativa para o investimento de verbas públicas em escolas particulares se a escola pública tem muitas demandas.

A partir do final da década de 1980, muitos países do mundo vão sofrer as influências do neoliberalismo econômico e suas políticas de globalização. O neoliberalismo tem mecanismos próprios de intervenção no sistema econômico que introduz plano de ação que afeta diretamente as questões políticas, jurídica e especialmente educacionais, visto que a escola, uma instituição social, passa a ser planejada por estratégias da produtividade e gestão empresarial. No Brasil, diretrizes e metas a serem cumpridas foram estabelecidas pelo Consenso de Washington, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que aliadas ao entreguismo do governo brasileiro influenciaram a política educacional que se volta para preparar e atender o mercado de trabalho e o consumismo (OLIVEIRA, 2004).

Para Figueiredo et al (2016) tais transformações revelou uma escola pública brasileira vulnerável, com muitos problemas não resolvidos pelo Estado e aberta a estabelecer parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil com narrativas associadas a responsabilidade social e ao desenvolvimento de uma educação voltada à sustentabilidade.

Adrião (2018) esclarece que as escolas no Brasil, estão susceptíveis às privatizações que ocorrem por pelo menos três formas diferentes: através da sua gestão, da privatização da oferta de vagas e na dimensão dos currículos. A privatização da gestão da escola (administrativa ou pedagógica) usa subsídios públicos e transfere para grupos organizados,



com ou sem fins lucrativos, a exemplo das cooperativas de pais ou professores. Ao privatizar a oferta de vagas, aumenta o atendimento de alunos em escolas particulares por meio de bolsas. A privatização que ocorre na dimensão dos currículos é dirigida por filocapitalistas ou filantropos de risco, subordinados ao setor privado, que através de assessorias, tecnologias educacionais e fornecimento de pacotes de insumos, decidem de que forma e como a educação irá acontecer, desenhado o trabalho pedagógico.

Adrião (2017) definiu filantropo de risco ou filocapitalista como segmento que articula braços sociais de grupos empresariais e fundos de investimentos com retornos financeiros para estes mesmos grupos (Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Ayrton Senna, entre outros). Esses mesmos grupos empresariais criaram o Movimento pela Base Nacional Comum que desde 2013 promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países e influenciou significativamente o texto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), dando materialidade aos interesses do grupo.

Na atualidade, a educação no Brasil está se adaptando à BNCC aprovada em 2017 após longo período de discussão, como um documento de caráter normativo, que estabelece o que é a aprendizagem essencial na medida em que indica as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, nos vários níveis da Educação Básica. A proposta de construção da BNCC pode ser justificada por exigências da Constituição Federal (BRASIL, 1988) quanto a fixação de conteúdos mínimos e a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) que determina a colaboração entre a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios na definição de competências e diretrizes que devem nortear os currículos e seus conteúdos, assegurando uma formação básica comum.

Muitas críticas foram direcionadas ao documento, em especial, sobre ser um instrumento político, que limita a autonomia da escola e do professor, precariza o trabalho e a formação docente e mercantiliza a educação básica e busca preparar o indivíduo para atender o mercado de trabalho. Centralizou as ações pedagógica e desconsiderou as diferenças regionais enfatizando a “educação para sustentabilidade” em estratégias que se alinham a Agenda 2030 (UNESCO, 2017) e a necessidade em atender as políticas neoliberais e o capital.

No Plano Plurianual Federal (2020-2023) os investimentos em educação estão limitados aos programas prioritários em saúde e outras políticas sociais sem entrar em detalhes. A novidade é a proposta do Programa Atenção Integral à Primeira Infância. A décima diretriz do Artigo 3º prioriza a qualidade da educação básica e a preparação para o mercado de trabalho, o que



mostra o alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular e com a proposta da Agenda 2030 (BRASIL, 2017; UNESCO, 2017).

O liberalismo econômico direcionou a política econômica, social, educacional no Brasil nas últimas décadas. Porém, o próprio liberalismo tem sofrido “ataques orquestrados da direita, da coalizão de neoconservadores”, que é fruto da combinação entre o “populismo autoritário” com uma “ética de mercado livre” que tem produzido vários resultados, entre eles, o parcial desmantelamento das políticas sociais-democráticas, fortalecimento entre governo e a economia capitalista, enfraquecimento das instituições, da democracia e a precarização do trabalho (Apple, 2013, p. 59-60).

Apesar deste contexto, Saviani (2004) evidencia que a educação no século XX passou a atender em grande escala, com um aumento expressivo em matrículas apesar do déficit histórico e coloca como legados importantes, a implantação dos programas de pós-graduação que produziram trabalhos consistentes e o projeto da LDB/96, que nasceu no Senado Federal (Projeto Darcy Ribeiro) e teve ênfase na qualidade social. Enfatizou ainda, que as tarefas para o século XXI deverão ser a organização e a instalação de um sistema de ensino universal e a erradicação do analfabetismo. Admite que houve um grande avanço nas pesquisas em educação e que não faltam de conhecimentos ou recursos para resolver os problemas (SAVIANI, 2004).

### **Considerações finais**

A educação não é neutra, faz parte de algo maior e das relações políticas, econômicas e culturais que se constitui em processos históricos que se manifestam em formas e conteúdos diversos ao longo da história de um país. É resultado de uma complexa construção social que leva em consideração a subjetividade do indivíduo, valores culturais, ideologias, que podem tanto contribuir para a reprodução de uma condição estabelecida ou para a sua transformação. A educação nunca foi uma prioridade no Brasil e chega ao século XXI com altos níveis de analfabetismo e sem uma definição clara do verdadeiro papel da escola. Não existe um sistema nacional de educação abrangente nem um programa que garanta o acesso e a permanência do estudante no ambiente escolar.

Desde que a constituição de 1934 passou a garantir investimentos mínimos na educação, iniciou-se uma disputa por essa verba entre a escola pública e privada que se estende até a atualidade. Apesar de ser um direito constitucional à educação de qualidade, não é acessível a todos os brasileiros pelas desigualdades sociais e que se intensificaram neste ano de pandemia.





Na atualidade, o cenário para a Educação no Brasil não é favorável. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está alinhada a Agenda 2030, preocupada em atender as necessidades das políticas neoliberais, do capital e do mercado de trabalho.

## Referências

ADRIÃO, T. *A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência das corporações na gestão da educação pública*. In: Araújo, L.; Pinto, J. M. de R. Público X privado em Tempos de Golpe. 1 ed. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017, v.1, p. 16-36. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Theresa-Adriao/publication/319376858\\_A\\_privatizacao\\_da\\_educacao\\_basica\\_no\\_Brasil\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_incidencia\\_de\\_corporacoes\\_na\\_gestao\\_da\\_educacao\\_publica/links/59a7323c0f7e9b41b7891eec/A-privatizacao-da-educacao-basica-no-Brasil-consideracoes-sobre-a-incidencia-de-corporacoes-na-gestao-da-educacao-publica.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Theresa-Adriao/publication/319376858_A_privatizacao_da_educacao_basica_no_Brasil_consideracoes_sobre_a_incidencia_de_corporacoes_na_gestao_da_educacao_publica/links/59a7323c0f7e9b41b7891eec/A-privatizacao-da-educacao-basica-no-Brasil-consideracoes-sobre-a-incidencia-de-corporacoes-na-gestao-da-educacao-publica.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod\\_resource/content/1/Teresa%20Adriao\\_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 15 jan. 2021.

APPLE, M. W. Repensando a ideologia e currículo. In: *Currículo, cultura e sociedade* (orgs.) MOREIRA, A.F.; TADEU.T. 12. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. *Plano Plurianual Federal 2020-2023*. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm). Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, n.º.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 fev. 2021.

BRITO, S. H. A. de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: HISTEDBR. *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas: 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_101.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html). Acesso em: 10 jan. 2021.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *R. Pol. Públ.*, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179/932>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FAUSTO, B. (org.). *História da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. tomo 3, v. 11.



FIGUEIREDO, P. B.; MENDES, C. B.; MAIA, J. S. S. A relação público-privado a partir da educação ambiental. Em: XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental (EPEA) 2017, Curitiba-PR. *Anais...* 2017. Disponível em: <http://www.epea2017.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/05/474-E3-S2-A-RELA%C3%87AO-PUBLICO-PRIVADO.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOMBARDI, J. C. Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 56, p. 26-45, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432/7991>. Acesso em: 20 dez. 2020.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: Fausto, B. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. RJ: Bertrand Brasil. Tomo 3. Volume 2. 2006.

OLIVEIRA, M. J. G. de S. A globalização da pobreza: impacto das políticas sociais do Estado Neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 99, p. 461-474, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67632>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas: Autores Associados, 1996.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAVIANI, D. A educação na ruptura política para a continuidade socioeconômica. In: *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007. cap. 11.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In:

UNESCO. *Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivos de aprendizagem*. 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002521/252197por.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

**ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.**

# 2022

## III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

**Presenças confirmadas:**

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



**MINHA AGENDA:**

**2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE**

Informações: [geplageufscar@gmail.com](mailto:geplageufscar@gmail.com)

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>